

HABEAS CORPUS Nº 538.954 - RJ (2019/0305475-9)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ROSÂNGELA MARTINS ALCANTARA ZAGAGLIA - RJ032100
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : R DE O (INTERNADO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso especial com pedido liminar, impetrado em favor de R. DE O., contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no julgamento do Agravo de Instrumento n. 0023092-41.2019.8.19.0000.

Consta dos autos que o paciente foi representado pela prática dos atos infracionais análogos aos crimes previstos nos **arts. 33 e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006 e no art. 14, da Lei n. 10.826/2003**, a qual foi julgada procedente, sendo-lhe aplicada a medida socioeducativa de internação, sem prazo predeterminado, com reavaliação no prazo máximo de 6 meses (e-STJ, fl. 6).

No curso da execução, em audiência de reavaliação da medida, o juízo da execução substituiu a medida de internação pela liberdade assistida (e-STJ fls. 19/21).

Irresignado, o Ministério Público Estadual interpôs agravo de instrumento, o qual foi provido, determinando que fosse restabelecida a medida de internação, nos seguintes termos (e-STJ, fls. 36/45):

AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. ECA. RECURSO ALVEJANDO O DECISO QUE DETERMINOU A PROGRESSÃO DA MSE DE INTERNAÇÃO PARA LIBERDADE ASSISTIDA. Ao agravado foi aplicada a MSE de internação pela prática dos atos infracionais análogos aos delitos de tráfico de drogas e associação para o tráfico, em sentença datada de 17/10/2018. Ao reavaliar a medida aplicada (27/03/2019), a julgadora houve por bem determinar a progressão para a MSE de liberdade assistida. Razão assiste ao órgão ministerial. A

progressão per saltum se deu de forma açodada. O agravado permaneceu internado por cerca de cinco meses, sendo certo que os relatórios multidisciplinares não demonstram ter havido uma efetiva evolução no trabalho socioeducativo neste espaço de tempo. Consta dos relatórios multidisciplinares que o adolescente, de 17 anos de idade, apresenta grande defasagem escolar, só tendo retomado os estudos quando esteve internado em ocasião anterior. Segundo o relatório pedagógico, os vínculos familiares estão extremamente fragilizados, pois o adolescente verbaliza que perdeu sua família com a morte do pai quando tinha 12 anos de idade e que sua genitora o rejeita, motivo pelo qual mora sozinho. O relatório social, por sua vez, informa que o jovem fez uso de inúmeras substâncias psicoativas, tais como maconha, "mesclado", tabaco, loló e cocaína, necessitando de "um acompanhamento pela rede de atenção psicossocial, no trato de álcool e outras drogas, uma vez que desde os 12 anos fez uso sem interrupção". Ainda segundo a expert, "o adolescente tem apresentado problemas quanto sua saúde mental, sendo acompanhado pela Psiquiatria da Unidade e a equipe de Saúde Mental". Temerária se mostra a progressão para o meio aberto sem que estas questões sejam mais bem trabalhadas, principalmente levando-se em conta que o agravado não possui suporte familiar capaz de ajudá-lo nesta jornada de retorno ao seio social. Tem-se, ainda, que esta é a quarta passagem do jovem pelo sistema socioeducativo, por atos infracionais análogos ao delito de tráfico de drogas e roubo, o que exige uma intervenção mais rígida do Estado para conter a contumaz prática de atos ilícitos. Ao que se observa, a evolução do trabalho ainda se mostra muito tímida, havendo necessidade de mais tempo para a realização das intervenções pelas equipes técnicas, de modo que ocorra uma efetiva ressocialização e responsabilização por parte do jovem, reestruture-se sua escolarização e profissionalização e seja criada uma consciência dos efeitos nefastos que sua conduta pode trazer. É certo que a gravidade do ato infracional, os antecedentes e o tempo de duração da medida não são fatores que, por si, justifiquem a não substituição da medida por outra menos grave (art. 42, § 2º, da Lei nº 12.594/12). Entretanto, as condições pessoais do agravado e todas as circunstâncias concretas já relatadas demonstram o grande risco social a que está exposto, bem como sinalizam que seu processo de reflexão encontra-se em fase incipiente, já que a maior parte das intervenções constantes do Plano Individual de Atendimento ainda precisam ser implementadas. AGRAVO CONHECIDO E PROVIDO, COM A IMEDIATA EXPEDIÇÃO DE MANDADO

*DE BUSCA E APREENSÃO DO JOVEM INFRATOR, A FIM
DE QUE CUMPRA A MSE DE INTERNAÇÃO.*

No presente *writ* (e-STJ, fls. 3/18), a impetrante afirma que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal porque o Tribunal estadual desrespeitou o art. 121, *caput*, do Estatuto da Criança e do Adolescente ao determinar a reinserção do jovem na MSE de internação. Para tanto, assevera que *a liberdade do jovem foi restrita em decorrência de deficiências do Estado na concretização de direitos prestacionais extra muros, como o acompanhamento psiquiátrico, psicológico, social e pedagógico* (e-STJ, fl. 10), fundamentos esses que alega serem incapazes de justificar a manutenção da medida extrema, que deve ser excepcional.

Assevera, ainda, que seus antecedentes infracionais não podem ser considerados para impedir a progressão da medida, uma vez que esse fato já foi utilizado pelo Juízo quando da imposição da internação no processo de conhecimento. Ademais, ressalta que o art. 49, II, da Lei do SINASE, não traz como requisito à inserção de medida em meio aberto a inexistência de antecedentes infracionais.

Diante disso, requer, liminarmente que o paciente aguarde em liberdade o julgamento do presente *habeas corpus* e, no mérito, *requer a concessão da ordem para que não seja expedido o mandado de busca e apreensão do jovem, bem como para que seja reformado o v. acórdão proferido pela Autoridade Coatora, aplicando-se ao paciente medida não restritiva de liberdade* (e-STJ, fl. 8).

O pedido liminar foi indeferido, às e-STJ, fls. 144/147, e as informações foram prestadas às e-STJ, fls. 153/155 e 159/164.

O Ministério Público Federal, em parecer exarado às e-STJ fls. 166/173, opinou pelo não conhecimento do *mandamus*.

É o relatório. **Decido.**

De início, o presente *habeas corpus* não comporta conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção do paciente.

Conforme relatado acima, a impetrante busca o restabelecimento da medida socioeducativa de liberdade assistida aplicada ao paciente, pelo Juízo da execução.

Ao dar provimento ao agravo ministerial para restaurar a medida socioeducativa de internação aplicada ao paciente pelo Juízo sentenciante, a Corte estadual apresentou fundamentação idônea, de acordo com as circunstâncias do caso concreto, nos seguintes termos (e-STJ, fls. 41/45, destaquei):

[...]

Ao agravado foi aplicada a MSE de internação pela prática dos atos infracionais análogos aos delitos de tráfico de drogas e associação para o tráfico, em sentença datada de 17/10/2018.

Ao reavaliar a medida aplicada (27/03/2019), a julgadora houve por bem determinar a progressão para a MSE de liberdade assistida.

Assiste inteira razão ao órgão ministerial, uma vez que a progressão per saltum se deu de forma açodada.

O art. 25 da Lei nº 12.594/2012 determina que a avaliação dos resultados da execução de medida socioeducativa terá por objetivo, no mínimo, verificar a situação do adolescente após cumprimento da medida socioeducativa, tomando por base suas perspectivas educacionais, sociais, profissionais e familiares, e verificar reincidência de prática de ato infracional.

O agravado permaneceu internado por cerca de cinco meses, sendo certo que os relatórios multidisciplinares não demonstram ter havido uma efetiva evolução no trabalho socioeducativo neste espaço de tempo.

Consta dos relatórios multidisciplinares que o adolescente, de 17 anos de idade, apresenta grande defasagem escolar, só tendo retomado os estudos quando esteve internado em ocasião anterior.

Segundo o relatório pedagógico, os vínculos familiares estão

extremamente fragilizados, pois o adolescente verbaliza que perdeu sua família com a morte do pai quando tinha 12 anos de idade e que sua genitora o rejeita, motivo pelo qual mora sozinho.

O relatório social, por sua vez, informa que o jovem fez uso de inúmeras substâncias psicoativas, tais como maconha, "mesclado", tabaco, loló e cocaína, necessitando de "um acompanhamento pela rede de atenção psicossocial, no trato de álcool e outras drogas, uma vez que desde os 12 anos fez uso sem interrupção".

Ainda segundo a expert, "o adolescente tem apresentado problemas quanto sua saúde mental, sendo acompanhado pela Psiquiatria da Unidade e a equipe de Saúde Mental".

Temerária se mostra a progressão para o meio aberto sem que estas questões sejam mais bem trabalhadas, principalmente levando-se em conta que o agravado não possui suporte familiar capaz de ajudá-lo nesta jornada de retorno ao seio social.

Tem-se, ainda, que esta é a quarta passagem do jovem pelo sistema socioeducativo, por atos infracionais análogos ao delito de tráfico de drogas e roubo, o que exige uma intervenção mais rígida do Estado para conter a contumaz prática de atos ilícitos.

[...]

Ora, é certo que a gravidade do ato infracional, os antecedentes e o tempo de duração da medida não são fatores que, por si, justifiquem a não substituição da medida por outra menos grave. Entretanto, as condições pessoais do agravado e todas as circunstâncias já relatadas e aferidas pelos relatórios dos experts demonstram o grande risco social a que está exposto, bem como sinalizam que seu processo de reflexão encontra-se em fase incipiente.

Ao que se observa, a evolução do trabalho ainda se mostra muito tímida, havendo necessidade de mais tempo para a realização das intervenções pelas equipes técnicas, de modo que ocorra uma efetiva ressocialização e responsabilização por parte do jovem, reestruture-se sua escolarização e profissionalização e seja criada uma consciência dos efeitos nefastos que sua conduta pode trazer, já que a maior parte das intervenções constantes do Plano Individual de Atendimento ainda precisam ser implementadas.

No caso em tela, o jovem necessita ainda desenvolver muitos

aspectos de sua vida, para que retorne de forma mais segura ao convívio social, mostrando-se razoável que sua reinserção ocorra com cautela e de forma gradativa.

Consoante visto acima, verifico que o Tribunal estadual considerou precoce a progressão do paciente para a MSE de liberdade assistida, haja vista ele haver praticado diversos atos infracionais de natureza grave análogos aos crimes de roubo e tráfico de drogas, além de ser usuário de *inúmeras substâncias psicoativas, tais como maconha, "mesclado", tabaco, loló e cocaína, necessitando de "um acompanhamento pela rede de atenção psicossocial, no trato de álcool e outras drogas, uma vez que desde os 12 anos fez uso sem interrupção, apresentado, inclusive, problemas quanto à sua saúde mental, sendo acompanhado pela Psiquiatria da Unidade e a equipe de Saúde Mental* (ambas à e-STJ, fls. 42/43).

Acrescente-se também o fato de os relatórios pedagógico e social, atestarem que o adolescente apresenta uma grande defasagem escolar, tanto que ele somente retomou os estudos nos períodos em que esteve internado na instituição, e ainda que seus vínculos familiares são extremamente frágeis, pois segundo ele, *perdeu sua família com a morte do pai quando tinha 12 anos de idade e que sua mãe o rejeita, motivo pelo qual mora sozinho* (e-STJ, fl. 42).

Em que pese a reiteração do menor na prática de crimes de natureza grave, todas as demais circunstâncias, demonstram sua aflitiva situação de desamparo e fragilidade social e familiar, que justificam a necessidade de cuidadoso acompanhamento para a recuperação de sua saúde mental, ressocialização e reeducação, não sendo recomendada, no momento, sua desinternação.

Nesse sentido:

RECURSO EM HABEAS CORPUS. ECA. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO DELITO DE ROUBO MAJORADO. AVALIAÇÃO DA EQUIPE INTERDISCIPLINAR PELA EXTINÇÃO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA. MANUTENÇÃO DA MEDIDA DE INTERNAÇÃO.

FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

– A existência de relatório técnico, formulado pela equipe de avaliação psicossocial, não vincula o magistrado que pode, em face do princípio do livre convencimento fundamentado, justificar seu entendimento e decidir de forma diversa daquela sugerida pelo laudo. Precedentes.

– No caso, o Tribunal a quo manteve a medida de internação, ressaltando a gravidade concreta do ato, em razão da prática de ato infracional equiparado ao delito de roubo majorado, bem como os registros infracionais anteriores apresentados pelo menor, a situação de pouco respaldo familiar e a necessidade de assegurar a continuidade do processo ressocializador que vem sendo desenvolvido.

– Recurso em habeas corpus a que se nega provimento. (RHC n. 86.556/BA, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 12/9/2017, DJe 20/9/2017, grifei)

RECURSO EM HABEAS CORPUS. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. PROGRESSÃO DE MEDIDA INDEFERIDA. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA.

1. A existência de relatório técnico recomendando a substituição da medida socioeducativa não vincula o magistrado, que pode, em face do princípio do livre convencimento fundamentado, justificar a permanência da internação do menor com base em outros dados e provas constantes dos autos.

2. O Tribunal a quo, ao ratificar a decisão de primeiro grau, considerou a desinternação prematura e temerária, tendo em vista que a recorrente praticou ato infracional grave, possui outras incidências por atos infracionais análogos à lesão corporal e ao roubo, e iniciou recentemente tratamento de desdrogadição, vislumbrando-se a necessidade de cuidadoso acompanhamento para a ressocialização da adolescente.

3. Com base nas peculiaridades do caso concreto, as instâncias ordinárias apresentaram motivação idônea para indeferir a progressão, devendo ser mantida a internação.

Superior Tribunal de Justiça

4. *Recurso a que se nega provimento.* (RHC n. 35.578/PA, Rel. Ministro OG FERNANDES, Sexta Turma, julgado em 4/6/2013, DJe 17/6/2013, grifei)

Assim, a pretensão formulada pela impetrante encontra óbice na jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, sendo manifestamente improcedente.

Ante o exposto, com base no art. 34, XX, do RISTJ, **não conheço** do *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator